



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	22.FEV.1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

## VI Governo: 50 dias pouco risonhos...

Ao atingir 50 dias de vida, quais os passos mais salientes da actividade do VI Governo? «O Jornal» fez um balanço e chega à conclusão de que nas primeiras semanas de vida o saldo se pode considerar pouco positivo. Também ressaltam contradições entre os propósitos do programa da AD e a actividade em curso.

### A confiança

O Governo pediu-a — e obteve-a, claro. Um quadro inédito na Assembleia da República que observadores atribuíram à intenção de vincular os reformadores e algumas franjas menos convencidas ao programa. A oposição não coube em si de surpresa: a um governo que mal começa a governar, não se coloca qualquer questão de recontagem de forças ou de renovação da imagem desgastada pela usura do tempo. Mais ajustado pareceu aos observadores este perfil de Vital Moreira: «O Governo, muito simplesmente, procura munir-se de uma arma de arremesso político contra outro ou outros órgãos de soberania que o Governo prevê vir a afrontar com a execução do seu programa e projecto político, designadamente com as suas propostas de subversão constitucional.» Helena Roseta tornou mais claro o objectivo do VI Governo: «Não basta não ter uma maioria contra para garantir a estabilidade; é necessário ter uma maioria a favor, e é isso que desta moção de confiança deve resultar.»

### Afganistão

Os primeiros dias do Governo são, para além do «caso» Pintasilgo, assinalados com uma medida que surpreenderia até muitos dos

sectores que lhe estão próximos. O VI Governo chama a Lisboa, para consultas, o embaixador em Moscovo, dr. Fernando Magalhães Cruz, e torna público um vigoroso protesto pela invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas. O Executivo português classifica tal acção como uma «clamorosa violação do Direito Internacional e a Imprensa da direita afirma unânime que a diplomacia portuguesa revela aquilo que se considera um estilo diferente e a demonstração clara de solidariedade atlântico-ocidental. Para sectores de esquerda, uma medida «megalómana» e «despropositada», enquanto outros a consideram como própria de «um nobilito» desejo de autoafirmação. Mas o mais curioso é que Magalhães Cruz se encontrava em Portugal à data dos acontecimentos no Afeganistão, tendo partido para Moscovo. Foi assim chamado a Lisboa, 48 horas depois de aí ter chegado.

Mas a chamada do embaixador faz-se acompanhar de outras medidas como o congelamento das visitas e contactos oficiais, a denúncia do convénio luso-soviético de cooperação cultural e científico e o cancelamento da assinatura do acordo sobre relações mútuas de pescas.



Freitas do Amaral e Sá Carneiro  
Faltar ao combinado

### Congelamento e saneamento

Os ministros do VI Governo decidem, poucas horas depois da tomada de posse, congelar a execução da grande maioria dos despachos exarados pelo Executivo de Maria de Lurdes Pintasilgo. Uma política de assalto aos lugares, e de vigilância sobre muitos «suspeitos» nas empresas e na Administração Pública — prenunciam alguns — expressa no saneamento em massa dos gestores da comunicação social e noutras medidas de evidente e comprovado carácter político. O Sr. Sá Carneiro, não se transformando em «isola de jornalismo»; Sousa Tavares volta à direcção de «A Capital» e Vítor Cunha Rego substitui Soares Louro, na Administração da RTP. Em entrevista a o «Povo Livre» Pinto Balsemão afirma que a Comunicação Social é «um mundo em mudanças e que o Governo apenas se pautará por «critérios de competência e profissionalismo». «A orientação do Governo é de que cada vez menos a Secretaria de Estado da Comunicação Social actue politicamente» (da mesma entrevista, «Povo Livre», 30-1-80).

### Ciclo ratificativo

A ofensiva das ratificações de diplomas do anterior Executivo conduziria a um quase estiolamento da acção da Assembleia da República. Uma estratégia voltada para a ocupação do espaço parlamentar enquanto leis como a da revisão constitucional e outras de maior fundo político estão na forja para dela romperem na altura mais conveniente. Feitas as contas, a discutir-se tudo quanto Pintasilgo legislou não chegariam os nove meses de vida deste Parlamento. Uma direcção periclitante encontra finalmente uma saída para o beco em que se meteu: retirada dos pedidos de ratificação, numa grande maioria. Que vai fazer agora o Parlamento? A oposição resta-lhe combater a maioria e o Governo, no plano político, já que a maioria, abandonando a «praxis» democrática e constitucional, vai transferir para o Executivo quanto este reivindicar no domínio da acção legislativa. A Constituição não veda às maiorias o direito de dispor dos instrumentos jurídico-constitucionais ao seu alcance. E daí que três diplomas sobre as comemorações camoneanas, 10 de Junho, e Congresso das Comunidades tenham sido ratificados para imediatamente ficarem suspensos. A maioria parlamentar limitou-se a acionar os mecanismos que possibilitavam a estratégia de bloqueamento das mesmas comemorações. E conseguiu-o.

### Combustíveis

Um mês depois das eleições de 2 de Dezembro — o aumento dos combustíveis. O Executivo não emitiria sequer uma nota oficiosa ou comunicado de Imprensa. Nem uma linha — acusaria a oposição — para informar o povo do agravamento sofrido pelos combustíveis. Os portugueses só souberam da notícia através de um despacho da agência noticiosa nacional em que

se citava uma anónima (fonte oficiosa).

Pelas redacções alguém andaria a pedir a máxima benevolência para a forma algo estranha como os aumentos tinham vindo a lume.

Quem não achou nenhuma graça foi o CDS. Numa atitude clara de demarcação, Rui Pena apresentaria um projecto de lei a obrigar o Governo a justificar e fundamentar publicamente qualquer medida administrativa, de carácter genérico, que de forma directa ou indirecta agrave o custo de vida dos cidadãos portugueses. Curiosamente, desenharam-se nos primeiros sintomas de crise a sincronização estratégica que até alguns parlamentares sociais-democratas alimentam. O Governo parecia pouco interessado em dar conta ao Parlamento que o apoia das medidas que vai tomando.

### Austeridade pública

Se é verdade que os ministros e secretários de Estado já não disporão de bilhetes gratuitos em teatros do Estado, não é menos verdade que os membros do Governo, que não tenham residência permanente em Lisboa, passaram a auferir um subsídio de alojamento que pode ir até 75 por cento do valor das ajudas de custo correspondentes aos funcionários da Letra A. Em termos práticos esta melhoria que os membros do Governo se atribuíram a si próprios significa um aumento de 27 mil escudos por mês para os ministros e 18 mil para os chefes de gabinete.

Para defender tal medida, o Governo argumenta com os critérios da Assembleia da República onde os deputados não se têm mostrado menos zelosos na defesa das suas prerrogativas. Quem duvida? O artificio dirige-se à oposição representada no Parlamento — mas não resolve em termos de imagem pública. E dá afinal razão à advertência de Sousa Franco («O Jornal», 15-2-80): (...) Ponto é que, depois, não apareçam os ministros com carros mais luxuosos que os dos seus antecessores, e não façam viagens ao estrangeiro com 47 elementos de séquito, incluindo dois chefes de gabinete. Pois o efeito de tais medidas (austeridade pública) é exemplar e moralizador — e se não dá o Governo o exemplo, não pode com justiça impor-se à Administração».

### Povos em luta

O Governo proíbe a entrada em Portugal de alguns representantes de movimentos internacionais para uma conferência a que deram o nome de «Os Povos em Luta». Uma parte da oposição chama a atenção do Governo para o artigo 7.º da Constituição, que reconhece expressamente a solidariedade portuguesa aos povos em luta pela sua libertação. E exprime o receio de que esteja criado o precedente que conduza a proibição em Portugal de realizações internacionais mais vastas, incluindo os congressos dos partidos de esquerda.

### Um teatro fechado

Quando se fecham teatros não é difícil pôr de acordo muitas das sensibilidades que colocam a cultura

ra e a sua efectiva defesa acima de divisões ideológicas. Talvez por isso se assistiu a uma defesa tímida, na Assembleia da República, da decisão do secretário de Estado da Cultura, Vasco Pulido Valente, ao extinguir uma Companhia Nacional de Teatro, — e a própria Câmara Municipal de Lisboa, da presidência de um centrismo, Nuno Abecassis, não hesitaria em protestar contra tal deliberação. O CDS, uma vez mais, desejando demarcar-se publicamente de certas decisões mais impopulares, também pediria explicações ao secretário de Estado. Este responderia, julgamos que a todos, com esta declaração vinda a público: «Não estou aqui para me dar bem com artistas e intelectuais. Estou aqui para defender os interesses culturais da Nação, segundo a concepção que tem deles o Governo da Aliança Democrática».

### Trabalho

Em cinquenta dias o Governo já enfrentou as primeiras grandes manifestações de protesto. O congelamento dos 40 contratos foi o prólogo e o detonador. Em Lisboa e Porto (além de paralisações noutras cidades), milhares de trabalhadores saíram à rua para protestar contra o «governo da mentira». O Governo foi forçado a recuar — e a repor as contratações colectivas que havia congelado. Fê-lo antes, sem dúvida, mas isso não desmobilizou as manifestações públicas de protesto. Um jornal falava nas «desacreditadas 15 medidas de Cavaco», na redução do cabaz de compras e no brutal aumento dos preços.

### Cabaz de compras

Os preços dos bens de consumo de primeira necessidade sofrem aumentos da ordem dos 15,5 por cento. É o «cabaz de compras», um cabaz que não agrada a ninguém, nem ao emissor nem ao destinatário, concluem alguns especialistas. O nosso colaborador Beja Santos escreve: «O cabaz tem condições para ser o covete da actividade económica, tal é o volume de distorções que a política de subsídios e o seu descontrolo provocam na produção, e até nos hábitos de consumo. Diga-se de passagem que o consumidor leva, por tabela, com todos os efeitos negativos.» Tem o sabor de uma clara advertência este trecho do mesmo artigo: «O aumento médio de 15,5 por cento graças à dotação de 23 milhões de contos para o Cabaz-80 não deve levar-nos à ingenuidade de pensarmos que, em termos de inflação, nos vamos quedar por aqui.»

### As «27» medidas

A medida-vedeta é a revalorização do escudo — mas, em rigor, são dois pacotes — um de doze e outro de quinze medidas, algumas delas com a promessa de que os seus efeitos se repercutirão à distância numa melhoria do nível de vida dos portugueses. Mas será assim? Sousa Franco, em «Um exercício sobre austeridade» («O Jornal», 15.2.80), prognosticava: «Enfim, este programa anti-inflacionista aparece como uma contrapartida dos aumentos de preços que o Governo decidiu (e cujo critério designadamente na ponderação relativa gasóleo-gasolina, me parece discutível). Ora, tais aumentos exigem uma contrapartida em dinamização e eficiência do sector empresarial (e não apenas em medidas restritivas, que parecem mais tem-lhe do que aproveitá-lo) e exigem contrapartidas sociais. Foi esta dupla contrapartida que — mal ou bem — o anterior Governo tentou encontrar, com a revisão de prestações sociais e com o programa de dinamização do sector empresarial do Estado. Em minha opinião, as medidas agora tomadas neste domínio são apenas recessivas (com excepção da revalorização) dominadas pelo objectivo da contenção anti-inflacionista, e não positivas, no sentido de justiça social ou melhor desenvolvimento das condições de produção. Ora, mais recessão não!